



A Produção da Prática Docente Inclusiva no Ensino de Matemática para Estudantes Autistas nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental

Fernanda Borges Camargo Lima Felipe de Faria¹

Geraldo Eustáquio Moreira²

Resumo: Este trabalho apresenta um recorte de uma pesquisa de mestrado em desenvolvimento no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade de Brasília (PPGE/UnB), na linha de Educação Matemática (EduMat). O estudo tem como objetivo geral analisar como professores dos anos iniciais do Ensino Fundamental produzem práticas inclusivas de Matemática para estudantes autistas em classes comuns, considerando suas concepções, mediações pedagógicas, adaptações, recursos utilizados e desafios formativos. A discussão insere-se no campo da Educação Matemática Inclusiva, compreendendo que a inclusão não se efetiva apenas pela presença física do estudante na sala de aula ou pela adoção isolada de recursos metodológicos ou tecnológicos, mas pela ação docente que interpreta necessidades, mobiliza saberes e constrói condições reais de participação e aprendizagem. Nos anos iniciais, essa atuação do professor regente é decisiva para a alfabetização matemática e a constituição das primeiras noções numéricas e aritméticas. Metodologicamente, a pesquisa adota uma abordagem qualitativa e está organizada no formato *multipaper*. O delineamento do estudo engloba uma revisão sistemática da literatura (Estado da Arte), aplicação de questionário semiestruturado com professores dos anos iniciais, entrevistas e análise de materiais pedagógicos e registros de práticas. Espera-se que os

¹ Universidade de Brasília (UnB), Programa de Pós-Graduação em Educação, fbelfaria@gmail.com

² Universidade de Brasília (UnB), Programa de Pós-Graduação em Educação, geust2007@gmail.com



resultados contribuam para compreender as concepções e práticas docentes mobilizadas no cotidiano escolar, discutir os desafios formativos e institucionais e oferecer subsídios para a formação inicial e continuada de professores no campo da Educação Matemática Inclusiva.

Palavras-chave: Educação Matemática Inclusiva; Transtorno do Espectro Autista; Prática Docente; Anos Iniciais do Ensino Fundamental; Formação de Professores.

Introdução

A inclusão escolar de estudantes com deficiência tem se consolidado, nas últimas décadas, como um dos principais compromissos éticos e políticos das políticas educacionais contemporâneas. No Brasil, esse movimento está respaldado no fortalecimento de marcos legais que reconhecem a educação como direito de todos e defendem a organização de sistemas educacionais inclusivos. A Constituição Federal de 1988 e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996) asseguram o Atendimento Educacional Especializado (AEE), preferencialmente na rede regular de ensino, reafirmando que a escolarização deve ocorrer em espaços comuns.

A Resolução nº 2, de 11 de setembro de 2001, da Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação (CEB/CNE), ao instituir as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica, explicita em seu artigo 3º:

Art. 3º Por educação especial, modalidade da educação escolar, entende-se um processo educacional definido por uma proposta pedagógica que assegure recursos e serviços educacionais especiais, organizados

¹ Universidade de Brasília (UnB), Programa de Pós-Graduação em Educação, fbelffaria@gmail.com

² Universidade de Brasília (UnB), Programa de Pós-Graduação em Educação, geust2007@gmail.com



institucionalmente para apoiar, complementar, suplementar e, em alguns casos, substituir os serviços educacionais comuns, de modo a garantir a educação escolar e promover o desenvolvimento das potencialidades dos educandos que apresentam necessidades educacionais especiais, em todas as etapas e modalidades da educação básica.

Historicamente, a Educação Especial atravessou diferentes modelos de atendimento: da segregação em instituições exclusivas para o modelo de integração, no qual o estudante deveria se adaptar às exigências da escola. Apenas a partir do final do século XX, com marcos como a Declaração de Salamanca (UNESCO, 1994), consolida-se a perspectiva da educação inclusiva, que desloca o foco da adaptação do estudante para a transformação do sistema de ensino, do currículo e das práticas pedagógicas.

Nesse cenário, a escolarização de estudantes com Transtorno do Espectro Autista (TEA) ganha centralidade. O TEA é classificado pelo Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM-5-TR) como um transtorno do neurodesenvolvimento caracterizado por déficits na comunicação e interação social e pela presença de padrões restritos e repetitivos de comportamento (APA, 2023). No Brasil, a Lei nº 12.764/2012 (Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com TEA) reconhece o autismo como deficiência para todos os efeitos legais, assegurando o direito de acesso, permanência e aprendizagem no ensino comum.

Contudo, a garantia do acesso legal não assegura, por si só, o pertencimento pedagógico. Em diversas realidades, a inclusão de estudantes autistas restringe-se à convivência social ou à presença física, sem promover a

¹ Universidade de Brasília (UnB), Programa de Pós-Graduação em Educação, fbelffaria@gmail.com

² Universidade de Brasília (UnB), Programa de Pós-Graduação em Educação, geust2007@gmail.com



aprendizagem efetiva dos conteúdos escolares. Essa lacuna é ainda mais marcante na Matemática, área historicamente associada à abstração, à padronização de procedimentos e à seletividade.

É nesse horizonte que se insere a Educação Matemática Inclusiva, campo que articula os princípios da educação inclusiva com as especificidades do ensino de Matemática (MOREIRA, 2018). Quando voltada aos anos iniciais do Ensino Fundamental, essa discussão adquire relevância estratégica, pois é nessa etapa que se consolidam as primeiras experiências com o conhecimento matemático, a construção do número, o raciocínio aritmético inicial e a formação de atitudes diante da aprendizagem.

Diferentemente de abordagens que focam isoladamente em recursos ou metodologias, este estudo parte do pressuposto de que os materiais didáticos e as Tecnologias Digitais Educacionais (TDE) não produzem inclusão por si mesmos. O elemento central do processo é o professor regente dos anos iniciais. É o docente quem interpreta as singularidades dos estudantes, mobiliza saberes profissionais (TARDIF, 2014; PIMENTA, 2012), adapta tarefas, organiza a mediação pedagógica (VYGOTSKY, 1991) e produz a prática inclusiva no cotidiano da sala de aula comum.

Diante desse contexto, este estudo apresenta um recorte de um projeto de dissertação de mestrado que busca responder à seguinte questão de investigação: **Como professores dos anos iniciais do Ensino Fundamental produzem práticas inclusivas de Matemática para estudantes autistas em classes comuns?**

Caminho Metodológico da Pesquisa

¹ Universidade de Brasília (UnB), Programa de Pós-Graduação em Educação, fbelffaria@gmail.com

² Universidade de Brasília (UnB), Programa de Pós-Graduação em Educação, geust2007@gmail.com



Esta pesquisa insere-se no campo da Educação Matemática Inclusiva e adota uma abordagem qualitativa, fundamentada na compreensão de que a produção da prática docente é um fenômeno complexo, situado e atravessado por concepções, saberes, experiências e condições institucionais. Do ponto de vista dos seus objetivos, o estudo caracteriza-se como exploratório e descritivo.

O delineamento metodológico está estruturado no formato *multipaper*, uma escolha que permite organizar a investigação em artigos científicos inter-relacionados que compõem o corpo da dissertação. Como destacam Lima et al. (2024), o formato *multipaper* configura-se como uma alternativa potente e insubordinada no campo da Educação Matemática, favorecendo a circulação do conhecimento e a articulação entre percurso investigativo e escrita acadêmica.

A dissertação está organizada em quatro artigos articulados entre si:

- **Artigo 1 (Revisão Sistemática / Estado da Arte):** Mapeia e analisa a produção científica (2015–2025) sobre práticas docentes inclusivas no ensino de Matemática para estudantes autistas nos anos iniciais do Ensino Fundamental, identificando tendências, lacunas e fundamentando analiticamente a pesquisa.
- **Artigo 2 (Estudo Empírico 1):** Analisa as concepções, percepções e sentimentos de professores dos anos iniciais sobre autismo, inclusão escolar e aprendizagem matemática.
- **Artigo 3 (Estudo Empírico 2):** Descreve e analisa a produção de práticas pedagógicas inclusivas no ensino de Matemática, investigando o planejamento, a mediação pedagógica, a adaptação de atividades, a avaliação e a utilização de recursos didáticos e Tecnologias Digitais Educacionais (TDE).
- **Artigo 4 (Estudo Empírico 3 / Discussão Formativa):** Analisa os desafios institucionais e formativos enfrentados pelos docentes, discutindo as implicações para a formação inicial e continuada no campo da Educação Matemática Inclusiva.

¹ Universidade de Brasília (UnB), Programa de Pós-Graduação em Educação, fbelffaria@gmail.com

² Universidade de Brasília (UnB), Programa de Pós-Graduação em Educação, geust2007@gmail.com



A produção de dados empíricos envolve a aplicação de um questionário semiestruturado a professores dos anos iniciais que lecionam Matemática para estudantes autistas em turmas regulares, realização de entrevistas em profundidade e análise de materiais e registros pedagógicos (planejamentos, tarefas adaptadas e recursos). Os dados serão analisados por meio da Análise de Conteúdo (BARDIN, 2011), articulando categorias como concepções docentes, mediação pedagógica, adaptação curricular, uso intencional de recursos/tecnologias e condições formativas.

Considerações Finais

A investigação sobre a produção da prática docente inclusiva no ensino de Matemática para estudantes autistas nos anos iniciais do Ensino Fundamental recoloca o professor no centro das reflexões sobre a inclusão escolar. Ao superar leituras puramente prescritivas ou instrumentalistas, reafirma-se que a inclusão não decorre apenas da presença de recursos materiais ou tecnológicos, mas da intencionalidade pedagógica e da mediação docente que dão sentido a esses recursos no cotidiano da sala de aula.

A escolha pelos anos iniciais do Ensino Fundamental justifica-se por ser a etapa em que se constituem as bases do pensamento matemático e as primeiras relações do estudante com o saber escolar. Compreender como os professores regentes interpretam e constroem suas práticas nesse contexto é fundamental para identificar caminhos que assegurem não apenas o acesso, mas o efetivo direito de aprender dos estudantes autistas.

Espera-se que os resultados desta pesquisa contribuam para o fortalecimento do campo da Educação Matemática Inclusiva, oferecendo subsídios

¹ Universidade de Brasília (UnB), Programa de Pós-Graduação em Educação, fbelffaria@gmail.com

² Universidade de Brasília (UnB), Programa de Pós-Graduação em Educação, geust2007@gmail.com



teóricos e práticos para a reestruturação dos processos de formação docente (inicial e continuada), bem como para a formulação de políticas públicas de apoio ao trabalho pedagógico inclusivo nas escolas públicas.

Referências

AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION (APA). **Diagnostic and statistical manual of mental disorders (DSM-5-TR)**. 5. ed. text rev. Washington, DC: APA, 2023.

ARAUJO, L. M. et al. O papel do professor regente na inclusão escolar de estudante autista nas aulas de Matemática. In: ENCONTRO NACIONAL DE EDUCAÇÃO MATEMÁTICA INCLUSIVA, 3., 2023. **Anais [...]**. SBEM, 2023.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 23 dez. 1996.

BRASIL. **Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012**. Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 28 dez. 2012.

D'AMBROSIO, Ubiratan. **Educação matemática: da teoria à prática**. 23. ed. Campinas: Papirus, 2012.

LIMA, P. V. P. de; SANTOS, K. V. G. dos; MOURA, E. M. B. de; MOREIRA, G. E. Multipaper: um formato insubordinado na perspectiva de pós-graduandos na área da Educação Matemática. **Ensino da Matemática em Debate**, São Paulo, v. 11, n. 3, p. 33-57, 2024.

¹ Universidade de Brasília (UnB), Programa de Pós-Graduação em Educação, fbelffaria@gmail.com

² Universidade de Brasília (UnB), Programa de Pós-Graduação em Educação, geust2007@gmail.com



MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão escolar: o que é? por quê? como fazer?** São Paulo: Moderna, 2006.

MOREIRA, Geraldo Eustáquio. **Educação matemática inclusiva: desafios e possibilidades.** Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2018.

PIMENTA, Selma Garrido. **Saberes pedagógicos e atividade docente.** 8. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

SKOVSMOSE, Ole. **Educação matemática crítica: a questão da democracia.** Campinas: Papirus, 2001.

TARDIF, Maurice. **Saberes docentes e formação profissional.** Petrópolis: Vozes, 2014.

UNESCO. **Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais.** Brasília: CORDE, 1994.

VYGOTSKY, Lev Semionovitch. **A formação social da mente.** São Paulo: Martins Fontes, 1991.

¹ Universidade de Brasília (UnB), Programa de Pós-Graduação em Educação, fbelffaria@gmail.com

² Universidade de Brasília (UnB), Programa de Pós-Graduação em Educação, geust2007@gmail.com